





CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

ADVOGADO

Leia atentamente as instruções abaixo

1. PROVA E FOLHA DE RESPOSTAS

Além deste Caderno de Prova, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- 01 (uma) Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas. Confira se seus dados estão corretos.
- 01 (uma) Folha de Respostas destinado à transcrição do Texto definitivo da peça Prático-Profissional. Confira se seus dados estão corretos.

2. TEMPO

- 04h30 (quatro horas e trinta minutos) é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para marcação da Folha de Respostas da prova Objetiva e para a transcrição do texto definitivo da prova Discursiva;
- 01 (uma) hora após o início da prova é possível, retirarse da sala levando o caderno de prova;

3. INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm 05 (cinco) alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- A Prova Discursiva será composta de 01 (uma) Peça Prático-Profissional:
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, informe imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de Folha de Respostas em caso de erro de marcação pelo candidato;

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

- Redija o texto definitivo na folha de resposta, com caneta de tinta azul ou preta;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Ao se retirar, entregue a Folha de Respostas preenchida e assinada ao Fiscal de Sala.

SERÁ ELIMINADO do presente certame o candidato que:

- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- b) portar ou usar, qualquer tipo de aparelho eletrônico (calculadoras. bips/pagers, câmeras fotográficas, filmadoras, telefones celulares, smartphones, tablets, relógios, walkmans, MP3 players, fones de ouvido, agendas eletrônicas, notebooks, palmtops ou qualquer outro tipo de computador portátil, receptores ou gravadores) seja na sala de prova, sanitários, pátios ou qualquer outra dependência do local de prova;
- c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas;
- d) se recusar a entregar a Folha de Respostas, quando terminar o tempo estabelecido;
- e) não assinar a Lista de Presença e/ou a Folha de Respostas.



LÍNGUA PORTUGUESA TEXTO

Índia se torna o 1º país a pousar no polo sul da Lua em missão histórica

Em missão histórica nesta quarta-feira (23 de agosto), a Índia se tornou o 1º país a pousar no polo sul da Lua, região inexplorada que fica no lado escuro do satélite. Em transmissão ao vivo, os indianos exibiram uma representação gráfica da sonda descendo na Lua. "Conseguimos um pouso suave na Lua, a Índia está na Lua", disse Sreedhara Panicker Somanath, presidente da Indian Space Research Organisation (ISRO), a "Nasa" indiana. O módulo foi lançado em 14 de julho e pousou na superfície lunar por volta das 9h33 desta quarta, horário de Brasília. "Este é um momento sem precedentes. Este é o momento para uma nova Índia em desenvolvimento", comemorou Narendra Modi, primeiro-ministro do país.

Outros países tentaram pousar na Lua

O momento é histórico porque vários países tentam pousar no polo do sul da Lua. No domingo (20), a Rússia tentou ser o 1º país a pousar no lado escuro da Lua, com a missão Luna-25, mas a sonda saiu de controle e se chocou contra a Lua. Em abril deste ano, o Japão tentou enviar a sonda ispace, mas perdeu a comunicação minutos antes de completar o feito.

Características dessa parte da Lua

A superficie lunar, onde a sonda indiana desceu, é um terreno traiçoeiro com grandes crateras e encostas ingremes, além de não receber luz solar, levando a temperaturas extremamente baixas, que chegam a -203°C. Essas características tornam muito dificil operar equipamentos de exploração na região. Dessa forma, um pouso suave significa que o módulo não foi destruído. A Índia busca explorar a Lua - com a missão chamada Chandrayaan-3 - porque a primeira viagem espacial desse projeto, que ocorreu em 2008, detectou a presença de água na superfície lunar. "Ainda precisamos de muito mais detalhes sobre onde e quanta água existe, e saber se toda ela está congelada", explica Akash Sinha, professor de robótica espacial na Universidade Shiv Nadar University, perto de Delhi, à BBC. A exploração da superfície das regiões polares da Lua, compostas de rochas e solo, também pode dar respostas sobre a formação do Sistema Solar.

Missões anteriores

O objetivo do país se tornou explorar a Lua com o menor custo possível. Isso porque a segunda missão, que ocorreu em 2019 e deu errado (o foguete explodiu no pouso), custou US\$ 140 milhões, enquanto a desta manhã foi de um pouco mais de US\$ 80 milhões. A primeira, em 2009, custou em torno de US\$ 79 milhões.

O ex-presidente da Organização Indiana de Pesquisa Espacial K. Sivan disse que a viagem desta manhã será mais barata porque o módulo deve usar a atração gravitacional da Lua para levar a nave à órbita lunar. Além disso, outro ponto que reduz o preço da operação, segundo a BBC, é que, ao contrário da missão anterior, Chandrayaan-3 não inclui um novo orbitador — um satélite que fica em órbita.

G1. (Adaptado). Disponível em

https://g1.globo.com/inovacao/post/2023/08/23/india-foguete-lua.ghtml

QUESTÃO 01

Considere os seguintes excertos:

- I. "Conseguimos um pouso suave na Lua, a Índia está na Lua", disse Sreedhara Panicker Somanath (...).
- II. "Ainda precisamos de muito mais detalhes sobre onde e quanta água existe, e saber se toda ela está congelada", explica Akash Sinha (...)
- III. O ex-presidente da Organização Indiana de Pesquisa Espacial K. Sivan disse que a viagem desta manhã será mais barata (...)

Nos excertos apresentados, ocorre discurso indireto apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

ADVOGADO Página 2 de 20

Considere o excerto: "Essas características tornam muito difícil operar equipamentos de exploração na região. Dessa forma, um pouso suave significa que o módulo não foi destruído."

No contexto apresentado, a expressão 'dessa forma' é empregada com a função de:

- (A) operador argumentativo de explicação.
- (B) operador argumentativo de finalidade.
- (C) operador argumentativo de oposição.
- (D) operador argumentativo de conclusão.
- (E) operador argumentativo de comparação.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa em que, no excerto apresentado, a palavra 'se' atua como conectivo oracional.

- (A) "Em missão histórica (...) a Índia se tornou o 1º país a pousar no polo sul da Lua".
- (B) "a Rússia tentou ser o 1º país a pousar no lado escuro da Lua (...) mas a sonda saiu de controle e se chocou contra a Lua."
- (C) "Ainda precisamos de muito mais detalhes sobre onde e quanta água existe, e saber se toda ela está congelada".
- (D) "O objetivo do país se tornou explorar a Lua com o menor custo possível."
- (E) "Índia se torna o 1º país a pousar no polo sul da Lua em missão histórica".

QUESTÃO 04

Considere o excerto: "Essas características tornam muito difícil operar equipamentos de exploração na região." No contexto apresentado, a classificação da palavra **'muito'**, considerado o sentido que imprime ao enunciado, é:

- (A) advérbio de intensidade.
- (B) pronome indefinido de quantidade.
- (C) adjetivo de grau.
- (D) substantivo comum.
- (E) advérbio de modo.

QUESTÃO 05

- O sufixo derivacional em **'traiçoeiro'**, palavra que ocorre no texto, provoca a modificação da classe gramatical da palavra de origem de:
- (A) adjetivo para adjetivo.
- (B) substantivo para adjetivo.
- (C) substantivo para advérbio.
- (D) advérbio para adjetivo.
- (E) adjetivo para advérbio.

QUESTÃO 06

Caso fosse ordinal, a escrita por extenso do numeral referente ao ano em "A primeira, em 2009, custou em torno de US\$ 79 milhões." seria:

- (A) dois milésimo nono.
- (B) ducentésimo nono.
- (C) segundo milésimo nono.
- (D) bilésimo nono.
- (E) bilionésimo nono.

ADVOGADO Página 3 de 20

Considerando o emprego do hífen, as formas pluralizadas corretas das palavras 'expresidente' e 'primeiro-ministro', que ocorrem no texto, são:

- (A) exes-presidentes e primeiros-ministros.
- (B) ex-presidentes e primeiros-ministro.
- (C) ex-presidentes e primeiro-ministros.
- (D) ex-presidentes e primeiros-ministros.
- (E) exes-presidentes e primeiros-ministro.

OUESTÃO 08

Considere a seguinte sentença: "Reintegraramno ao pelotão sem mais perguntas". O verbo "reintegrar", como consta na sentença dada, é:

- (A) transitivo indireto.
- (B) transitivo direto e indireto.
- (C) intransitivo.
- (D) pronominal.
- (E) transitivo direto.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa em que a sentença apresenta um elemento que atua como recurso coesivo referencial catafórico.

- (A) Tenho apenas um desejo para este ano: ser mais produtiva.
- (B) Acéfalo ou acefalado é o nome dado ao animal que não tem cabeça.
- (C) O tempo voa...voa!
- (D) Se não atender às expectativas dele, será dispensado.
- (E) Podemos ir ao cinema, já que sua reunião foi cancelada.

QUESTÃO 10

Observe as alternativas abaixo e assinale aquela que **não** contém um verbo pronominal.

- (A) O jornaleiro penteou-se e preparou-se para mais um dia de trabalho.
- (B) As nações envolvidas atinham-se aos fatos mais recentes.
- (C) O odor do perfume espalhou-se pelo corredor.
- (D) Os empreendimentos foram realocados no novo centro comercial, onde construiu-se um prédio mais moderno que o anterior.
- (E) As artistas terminaram sua performance e se sentaram à beira do picadeiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS QUESTÃO 11

Leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta acerca do conceito das constituições.

- I Para Carl Schmitt, existe a Constituição real e efetiva, corresponde à soma de fatores reais de poder; e a Constituição escrita, solene, que só é legítima se corresponde à Constituição real, caso contrário, é apenas uma "folha de papel".
- II Para Kelsen, a Constituição é norma pura, irrelevantes questões filosóficas, políticas ou sociológicas, extraída sua validade do campo lógico, da norma hipotética fundamental.
- III Para Lassalle a Constituição é um conjunto de opções políticas de um Estado e não um reflexo da sociedade.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

ADVOGADO Página 4 de 20

Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa precisa sobre o poder reformador.

- I Por limitações formais do poder constituinte reformador, entende-se que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e as garantias fundamentais.
- II São chamadas de cláusulas pétreas: a forma federativa de Estado, a separação dos Poderes, os direitos individuais e a forma republicana.
- III A CF/88 não consagrou limitação temporal para o poder derivado reformador.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 13

- São considerados princípios constitucionais sensíveis, exceto:
- (A) sistema representativo e regime democrático.
- (B) direitos da pessoa humana.
- (C) autonomia municipal.
- (D) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
- (E) o voto direto, secreto, universal e periódico.

QUESTÃO 14

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, exceto:

- (A) soberania nacional.
- (B) propriedade privada.
- (C) função social da propriedade.
- (D) livre concorrência.
- (E) justiça social.

QUESTÃO 15

Sobre o controle de constitucionalidade no plano estadual, assinale a alternativa correta.

- I No controle concentrado-principal, no plano estadual, somente os tribunais estaduais podem aferir, abstratamente, a validade de uma lei ou ato normativo municipal ou estadual em face de qualquer norma da constituição estadual.
- II Em relação às normas de reprodução (de repetição obrigatória), da decisão do Tribunal de Justiça cabe recurso extraordinário para exame pelo Supremo Tribunal Federal.
- III De referência às normas de imitação (de repetição facultativa), a decisão do Tribunal de Justiça é irrecorrível.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 16

Nos termos da CF/88, marque a alternativa certa sobre as competências do Tribunal de Contas.

- I Proceder, por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas Casas ou das respectivas Comissões, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional das unidades dos poderes da União.
- II Acompanhar a arrecadação da receita a cargo da União mediante inspeções e auditorias, ou por meio de demonstrativos próprios, na forma estabelecida no Regimento Interno.
- III Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 5 de 20

Sobre os conceitos fundamentais do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- I Discricionariedade é a margem de liberdade que possui o administrador de agir administrativamente dentro dos limites estabelecidos em lei.
- II Controle jurisdicional é toda manifestação unilateral de vontade da administrativa pública, tendo por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos.
- III O ato administrativo é a análise da aplicação do Direito ao caso concreto, realizada exclusivamente pelo Judiciário, quando provocado, para que decida, a respeito de conflitos.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 18

Analise as sentenças abaixo e marque a alternativa correta sobre as organizações sociais.

- I O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica e à preservação do meio ambiente.
- II O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- III Para todos os efeitos legais, as entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública.
- (A) Apenas o item I é falso.
- (B) Apenas o item II é falso.
- (C) Apenas o item III é falso.
- (D) Nenhum item é falso.
- (E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa correta em relação às pessoas jurídicas da administração pública.

- I Empresa pública é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, constituída por capital público, com o objetivo de exploração de atividade econômica e pode revestir-se em modalidades empresariais admitidas em direito.
- II Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, constituídas por capital público e privado.
- III A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) é exemplo de Sociedade de Economia Mista o Banco do Brasil e Petrobrás são exemplos de empresas públicas.
- ((A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 20

A lei dispõe sobre normas gerais para os entes federativos contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Destarte, assinale a alternativa correta.

- I O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- II A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- III Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o SUS.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 6 de 20

No que concerne aos direitos dos servidores público, assinale a alternativa correspondente.

- I Os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos não efetivos estão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (INSS).
- II Cada Município deve possuir o seu Regime Próprio de Previdência Social para recolher as contribuições dos seus servidores e pagar as respectivas aposentadorias e benefícios.
- III Os servidores públicos efetivos devem estar vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da sua unidade federativa municipal, estadual, distrital ou federal.
- (A) Apenas o item I está errado.
- (B) Apenas o item II está errado.
- (C) Apenas o item III está errado.
- (D) Nenhum item está errado.
- (E) Todos os itens estão errados.

QUESTÃO 22

Sobre o posicionamento dos Tribunais Superiores atinentes às matérias do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- I A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- II A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade.
- III A administração não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 23

Sobre conceito e natureza jurídica do tributo, assinale a alternativa correta.

- I Tributo deve ser expresso em moeda e ser pago em dinheiro. Não se permite instituir tributo in natura ou in labore.
- II O pagamento do Tributo independe da manifestação da vontade do particular. Se ocorreu o fato gerador, o particular é obrigado a recolher o Tributo para o Ente Público.
- III Tributo difere da multa, isso porque o Tributo pressupõe a realização de um ato lícito e a multa um ato ilícito e que tem natureza sancionatória.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa correta em relação aos tratados e as convenções internacionais e a legislação tributária.

- I A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- II São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos: os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- III Os tratados e as convenções internacionais não revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 7 de 20

A medida cautelar fiscal poderá ser requerida quando o devedor:

- I tendo domicilio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado;
- II sem domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando a elidir o adimplemento da obrigação;
- III contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 26

Sobre os fundamentos legais e os requisitos para o oferecimento de exceção de pré-executividade, assinale a alternativa correta.

- I A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis que demandem dilação probatória.
- II Discussão limitada a matérias de ordem pública e fatos modificativos ou extintivos do direito do exequente, comprovados de plano
- III Quando a discussão não se restringir à matéria de direito, os fatos devem ser demonstrados por prova documental préconstituída.
- (A) Apenas o item I é falso.
- (B) Apenas o item II é falso.
- (C) Apenas o item III é falso.
- (D) Nenhum item é falso.
- (E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta acerca das Súmulas do STF em matéria tributária.

- (A) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- (B) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- (C) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- (D) Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 28

Considerando o entendimento jurisprudencial do STF acerca do direito financeiro, marque a alternativa correta.

- I Não é possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional.
- II É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência.
- III Os estados-membros e o Distrito Federal não podem legislar sobre índices de correção monetária e taxas de juros de mora incidentes sobre seus créditos fiscais.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 8 de 20

Analise as sentenças e assinale a alternativa certa sobre a atividade financeira do Estado.

- I O objetivo fundamental da atividade financeira do Estado é proporcionar recursos econômicos para o custeio de sua manutenção e funcionamento, está vinculada à própria finalidade do Estado.
- II O Direito Econômico resume-se em obter, despender, gerir e criar, que correspondem à receita, despesa, orçamento e crédito Público.
- III A atividade financeira é um ramo do direito público que analisa e detalha a atividade financeira do Estado, servindo de base para o estudo do orçamento público.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros

QUESTÃO 30

Segundo a Lei 8.447/1992, constituem prioridades do Governo Federal, exceto:

- (A) a educação e cultura, a saúde, a ciência e a tecnologia.
- (B) reforma agrária e o incentivo à produção agrícola.
- (C) a recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano.
- (D) a consolidação e recuperação da infraestrutura.
- (E) inclusão social de todos os brasileiros.

QUESTÃO 31

- A disciplina jurídica da atividade financeira do Estado é a razão de ser do direito financeiro e considera:
- I como elementos: receita, despesa, orçamento e crédito.
- II como atividade-meio, a sua instrumentalidade.
- III o conteúdo monetário, porque manuseia dinheiro (moeda de curso forçado).
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 32

Segundo a Lei nº 4.591/64, não é competência do síndico:

- (A) representar ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns ido condomínio.
- (B) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regimento Interno.
- (C) prestar contas à assembleia dos condôminos.
- (D) manter guardada durante o prazo de dez anos para eventuais necessidades de verificação contábil, toda a documentação relativa ao condomínio.
- (E) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regimento Interno e executar as deliberações da assembleia.

ADVOGADO Página 9 de 20

Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

- (A) não revestir a forma prescrita em lei.
- (B) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- (C) por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- (D) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (E) A lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

QUESTÃO 34

De acordo com as Súmulas dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- I Salvo estipulação contratual averbada no registro imobiliário, o adquirente responde pelas benfeitorias do locatário.
- II O enfiteuta pode purgar a mora enquanto não decretado o comisso por sentença.
- III A execução não prescreve no mesmo prazo de prescrição da ação.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 35

No que diz respeito aos conceitos de prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- I Buscam impedir a eternização de conflitos na vida social, extinguindo posições jurídicas que seus respectivos titulares não façam valer após certo lapso temporal.
- II A decadência é a extinção da pretensão à prestação devida, direito que continua existindo na relação jurídica de direito, em função de um descumprimento (que gerou a ação).
- III A prescrição se refere à perda efetiva de um direito pelo seu não exercício no prazo estipulado.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

OUESTÃO 36

Sobre os conceitos do Direito Civil, marque a alternativa certa.

- I Negócio jurídico são ações ou omissões decorrentes da vontade humana que tem seus efeitos determinados na lei, mas as partes possuem maior amplitude para dispor sobre o objeto da relação.
- II Obrigação é o vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa pode exigir de outra prestação economicamente apreciável.
- III No conceito de obrigações tem-se que sinalagma obrigacional é o nome técnico que descreve a situação em que ambas as partes são credoras e devedoras ao mesmo tempo.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

ADVOGADO Página 10 de 20

Assinale a alternativa falsa em relação à classificação dos contratos de Direito Civil.

- (A) Exigenciais são os contratos que exigem, para se aperfeiçoar, além do consentimento, a entrega da coisa que lhe serve de objeto.
- (B) Impessoais são aqueles contratos cuja prestação pode ser cumprida, indiferentemente pelo obrigado ou por terceiro.
- (C) Na ideia de comutatividade está presente a de equivalência das prestações.
- (D) São nulas as cláusulas que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (E) Nos contratos onerosos, ambas as partes obtêm proveito, ao qual corresponde um sacrificio.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa correta em relação às Sumulas dos Tribunais Superiores.

- I O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- II Verifica-se a prescrição intercorrente pela paralisação da ação rescisória por mais de três anos.
- III Na ação rescisória, estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 39

Sobre a formação, suspensão e extinção do processo, assinale a alternativa falsa.

- (A) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada.
- (B) A propositura da ação só produz efeitos quanto ao réu depois que ele for citado.
- (C) O réu pode ser parte da relação processual antes da citação.
- (D) O início do processo depende da prática do ato por apenas uma das partes.
- (E) Para que haja a formação de uma relação processual é necessária a citação do réu.

QUESTÃO 40

Assinale a alternativa correta sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

- I É cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo judicial.
- II Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.
- III É possível o pleito de desconsideração da personalidade jurídica no bojo da petição inicial do processo de conhecimento e de execução judicial.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

ADVOGADO Página 11 de 20

Sobre os recursos nos Tribunais Superiores assinale a alternativa correta.

- I Os requisitos intrínsceos de admissibilidade do recurso são tempestividade, regularidade formal e preparo (pagamento de custas).
- II O recurso extraordinário e o recurso especial serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas.
- III O STF ou o STJ poderá desconsiderar vício material de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas o item III está correto.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 42

De acordo com o Código Civil assinale a alternativa correta acerca da prescrição.

- (A) Em cinco anos, a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- (B) Em quatro anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (C) Em três anos, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (D) Em dois anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (E) Em um ano, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.

QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação da lei penal

- I Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir e os crimes contra a administração pública (por quem está a seu serviço).
- II Reunidas as condições previstas, a lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, houve requisição do Presidente da República.
- III Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, desde que sejam públicas, onde quer que se encontrem.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa correta sobre a Teoria do Crime.

- I A tipicidade formal é o desdobramento do conceito formal de crime: só haverá tipicidade formal quando houver lesão (ou exposição a perigo) significativa a bem jurídico relevante de terceiro.
- II O reconhecimento da atipicidade da conduta delitiva com fundamento no princípio da insignificância não é admissível em relação ao crime de tráfico ilícito de drogas.
- III Apenas nos crimes materiais se exige um resultado naturalístico. Nos crimes formais e de mera conduta não há essa exigência.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item II e III são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 12 de 20

Para que o delito seja caracterizado como concurso de pessoas, é necessário a existência de alguns requisitos, de natureza objetiva e subjetiva, assinale a alternativa que não apresenta um deles.

- (A) Pluralidade de agentes de conduta.
- (B) Relevância causal das condutas.
- (C) Vínculo subjetivo.
- (D) Identidade de fato.
- (E) Materialidade concursal.

QUESTÃO 46

Sobre os crimes contra a incolumidade pública, assinale a alternativa correta.

- I Busca punir atos que causem perigo comum ou coloquem em risco a segurança pública, a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.
- II Crime comum, tanto no que diz respeito ao sujeito ativo quanto ao sujeito passivo; doloso; instantâneo; monossubjetivo; plurissubsistente e não transeunte.
- III Envenenar água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo é um tipo penal dessa categorial de crime.
- (A) Apenas o item I é falso.
- (B) Apenas o item II é falso.
- (C) Apenas o item III é falso.
- (D) Nenhum item é falso.
- (E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa correta acerca dos crimes contra a Administração Pública.

- I No momento em que um funcionário público usa o veículo da administração pública para emprestar a outras pessoas, em caráter particular, comete crime de peculato.
- II Com sentença condenatória transitada em julgado, o crime leva à demissão do servidor público, independente de processo administrativo disciplinar.
- III O crime de concussão se assemelha à corrupção passiva, pois há a solicitação de vantagem ilícita. Porém, envolve aspectos como medo e temor.
- (A) Apenas o item I é falso.
- (B) Apenas o item II é falso.
- (C) Apenas o item III é falso.
- (D) Nenhum item é falso.
- (E) Todos os itens são falsos.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta sobre os direitos difusos e coletivos.

- I São difusos os direitos transindividuais, de natureza indivisível (só podendo ser considerados como um todo), dos quais é titular um grupo, composto por pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- II O que distingue o direito difuso do direito coletivo em sentido estrito é a determinabilidade e coesão como grupo ou classe, antes mesmo da ocorrência da lesão.
- III Nos direitos difusos não existe qualquer vínculo de natureza jurídica entre os componentes do grupo.
- (A) Apenas o item I é verdadeiro.
- (B) Apenas o item II é verdadeiro.
- (C) Apenas o item III é verdadeiro.
- (D) Apenas o item I e II são verdadeiros.
- (E) Todos os itens são verdadeiros.

ADVOGADO Página 13 de 20

Segundo o Art. 5°, § 3°, da Lei n° 7.347/1985 (Lei de Ação Civil Pública), em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa. Trata-se do princípio:

- (A) do devido processo legal coletivo.
- (B) da indisponibilidade.
- (C) da prioridade jurisdicional.
- (D) da não taxatividade.
- (E) do acesso à Justiça.

QUESTÃO 50

De acordo com o Decreto-lei nº 201/1967, são infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato, exceto:

- (A) Impedir o funcionamento regular da Câmara.
- (B) Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- (C) Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-Ias em desacordo com as normas financeiras.
- (D) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
- (E) Afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara dos Vereadores.

ADVOGADO Página 14 de 20

PROVA DISCURSIVA (PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL)

Foi promulgada, no âmbito do Município Beta, a Lei Municipal n.º 1.000/2022, a qual versa sobre a criação de cargos públicos de provimento em comissão para o exercício de atribuições de diretoria, chefia e assessoramento junto ao Poder Executivo local e seus segmentos de serviço público.

O Ministério Público local instaurou inquérito civil visando à apreciação da constitucionalidade da lei, tendo oportunizado o exercício do contraditório pelo Município.

Não obstante, a Promotoria de Justiça de Beta propôs ação civil pública questionando a constitucionalidade de referida norma.

Alegou que, em âmbito municipal, apenas os cargos de Secretários(as) teriam natureza política e, então, seriam suscetíveis de livre provimento e exoneração pelo Chefe do Executivo, independentemente de prévio concurso público. Para os demais cargos públicos, inclusive os de direção, chefia e assessoramento previstos na Lei Municipal n.º 1.000/2022, o seu provimento seria restrito aos candidatos previamente aprovados em concursos de provas ou provas e títulos, isto pois inexistiria vínculo de confiança com o Chefe do Executivo e seria preponderante a natureza técnico-burocrática de referidos cargos, o que resultaria na inconstitucionalidade da lei local e dos decorrentes atos de provimento dos ocupantes dos cargos que esta instituíra.

Pleiteou, então e no mérito, pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 1.000/2022, anulação dos atos de provimento em todos os cargos por esta criados e pela condenação dos agentes públicos nomeados ao ressarcimento dos vencimentos recebidos enquanto duraram os respectivos provimentos, a serem apurados em liquidação de sentença.

O Município foi regularmente citado e apresentou contestação, tendo sido certificada a intempestividade de seu protocolo.

Na fase processual adequada, o Município postulou pela produção de provas visando à elucidação da relação de confiança necessária entre os agentes públicos nomeados e o Chefe do Executivo diante da realidade funcional dos cargos impugnados.

Sobreveio sentença, tendo o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública de Beta promovido o julgamento antecipado da lide, fundamentando-se na revelia do Município e decorrente confissão da matéria de fato, acolhendo, ao final, todos os pedidos formulados pelo Ministério Público do Estado X, sob fundamentação que reflete a mesma exegese defendida pelo polo autor.

O Município foi regularmente intimado da sentença em 1º de agosto de 2023, uma terça-feira.

Na condição de procurador jurídico do Município Beta, adote a medida processual cabível visando assegurar a defesa dos interesses do Município, datando a Peça Prático-Profissional adequada com o último dia do prazo processual legalmente previsto, desconsiderando, para este fim, qualquer feriado nacional ou regional.

ADVOGADO Página 15 de 20

Considerando o enunciado acima estabelecido e o descrito no Capítulo 10 do Edital, elabore uma peça prático-profissional manuscrita, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 120 (cento e vinte) linhas. A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

<u>Atenção – a presente folha trata-se de rascunho - a redação deverá ser elaborada na folha de texto definitiva, entregue pelo Fiscal de Sala.</u>

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	

ADVOGADO Página **16** de **20**

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

ADVOGADO Página **17** de **20**

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

ADVOGADO Página **18** de **20**

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

ADVOGADO Página **19** de **20**

ADVOGADO Página **20** de **20**